



A AUTOMEDICAÇÃO E AS PLANTAS MEDICINAIS: UMA ABORDAGEM PARA O MUNICÍPIO DE ITUMBIARA-GO

Rosângela Damaris da Silva Franco¹,
Danilo Victor Conceição Vale², Simone Machado Goulart³, Luciene Correia Santos de Oliveira⁴

¹IFG-Itumbiara, GO/ rrosangelaffranco@gmail.com

²IFG-Itumbiara, GO/ danilo.vale@rebic.com.br

³IFG-Itumbiara, GO/ simone.goulart@ifg.edu.br

⁴IFG-Itumbiara, GO/ luciene.oliveira@ifg.edu.br

Resumo:

A automedicação é um hábito característico da sociedade atual. As plantas medicinais e seus produtos também são autoadministrados, frequentemente, em conjunto com outros remédios, naturais ou não. No entanto, propriedades farmacológicas podem ter interações medicamentosas entre si, o que pode acarretar desde insuficiências de tratamentos até um acobertamento de outros males para a saúde. Diante disso, esta pesquisa se justifica pela carência de maiores conhecimentos da composição química e potencial farmacológico e toxicológico de espécies do Cerrado, mais utilizadas pela comunidade de Itumbiara-GO, dentro do prisma da automedicação.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Automedicação. Itumbiara-GO.

Introdução

Os registros de utilizações terapêuticas à base das plantas medicinais vêm desde a antiguidade, participando da cultura e da construção das identidades locais. Em Itumbiara-Goiás, as plantas medicinais fazem parte do arco de cuidados e tratamentos da saúde e, como acontece em outros municípios interioranos, podem ser encontradas nas feiras ou nos jardins domiciliares, compondo uma parte da interação da comunidade com a natureza da região (SILVA, 2020).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em Resolução da Diretoria Colegiada, RDC nº 18 de 03/04/2013, define planta medicinal como “... espécie vegetal, cultivada ou não, utilizada com propósitos terapêuticos”, podendo ser utilizadas diferentes partes da planta (raiz, casca, frutos, flores, sementes, caule, folhagem) ou toda a planta (BRASIL, 2013). A autoadministração dos remédios naturais se faz muito presente (PASSOS, 2018). No entanto, o fato de ser natural não exime a população de ter determinados cuidados com a ingestão ou a aplicação de remédios caseiros, pois há plantas que apresentam substâncias ou efeitos potencialmente nocivos (SILVA, 2020).

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de se ampliar a percepção farmacológica das plantas do Cerrado que são usadas na terapêutica popular, os benefícios e as possíveis interações indesejáveis da planta com o organismo, o que será útil no combate ao uso dos remédios naturais de forma indiscriminada e irresponsável, por meio da automedicação (BEZERRA, 2020). Justifica-se também no entendimento de que é necessário informar e conscientizar a população por meio de uma educação que aproxime o cidadão dos conceitos relacionados à automedicação e seus efeitos colaterais na saúde, desde a própria escola (RICHETTI, 2014).

Diante do que foi apresentado, o objetivo desta pesquisa foi investigar os estudos acerca da composição química, o potencial farmacológico e toxicológico de espécies do Cerrado mais utilizadas pela comunidade itumbiareense, dentro da perspectiva de automedicação. Pretende-se, também, somar esforços para a educação medicamentosa (RICHETTI, 2014), para a valorização das plantas medicinais na promoção da saúde da comunidade local e para a preservação do bioma Cerrado e seus aspectos culturais (GUIMARÃES, 2019).

Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa, bibliográfica e exploratória (pesquisa de campo). Realizaram-se consultas em plataformas de publicações científicas digitais, como os repositórios do IFG, Scielo e RevBEA. Buscou-se registros etnofarmacológicos e medicamentosos de ervas medicinais do Cerrado mais apreciadas pela população local, além de estudos acerca da automedicação e suas consequências.

A pesquisa de campo foi realizada na feira local, no espaço “Capim de Ouro”, a fim de observar e registrar o trabalho dos feirantes que comercializam plantas medicinais. Observou-se duas bancas, sendo uma de mudas de plantas medicinais, e a outra, cujo dono é raizeiro, vendedora de garrafadas e preparados prontos para o consumo.

Esse trabalho surgiu durante o projeto integrador do Curso de Licenciatura em Química, e o objetivo foi associar a área da Química, toxicologia e sociologia.

Resultados e discussões

A pesquisa mostrou que as espécies vegetais do Cerrado como Barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), Pé-de-perdiz (*Croton antisiphiliticus*), Velame-branco (*Macrosiphonia velame*), Congonha (*Rudgea viburnoides*), Mangaba (*Hancornia speciosa*),

Mama – cadela (*Brosimum gaudichaudii*), Lobeira (*Solanum lycocarpum*), Chapéu-de-couro (*Echinodorus grandiflorus*), Sucupira (*Pterodon emarginatus*), Carobinha (*Jacaranda decurrens*), Assa Peixe branco (*Vernonia polyanthes*), Angico do Cerrado (*Anadenanthera falcata*), Manacá (*Spiranthera odoratissima*), são as mais citadas e apreciadas pela população por seus poderes terapêuticos. Na maior parte das vezes, as plantas são indicadas por amigos ou pelos mais velhos da família, ocorrendo também a “consulta” na própria banca de venda (com o vendedor ou raizeiro), e são autoadministradas a partir de então (SILVA, 2020; BEZERRA, 2020).

Verificou-se que a grande maioria das plantas não tem um estudo sustentado acerca de suas propriedades farmacológicas (SILVA, 2007). A toxicidade e as interações da planta medicinal dependem de sua própria composição, mas também de fatores externos ao vegetal, que podem estar ligados ao paciente, como faixa etária, gravidez, lactação, nutrição do organismo, a presença de doenças crônicas. Os fatores também podem estar relacionados à ambientação e processamento do remédio feito com a planta medicinal, por exemplo, o manuseio, a estocagem, dosagem estabelecida, forma de consumo, uso em conjunto com outros medicamentos naturais ou não, e ainda, possível contaminação ou adulteração (CAMPOS, et al., 2016).

As plantas medicinais são classificadas como agentes xenobióticos, apresentando biotransformações que podem ser tóxicas, e além dos efeitos imediatos ao consumo, há aqueles que vão se estabelecer ao longo do tempo e de forma assintomática, o que torna perigoso seus usos para tratamentos de problemas como “... obesidade, insônia, constipação, hemorroidas, dor nas articulações, entre outras ...”, dada a duração prolongada do tratamento (SILVEIRA, 2008).

Observou-se que os casos de intoxicação por plantas medicinais são de difíceis detecção, devido à falta de informação (médico e paciente), a não obrigatoriedade de sua notificação, a nomeação como “causas desconhecidas” ou “outros”, além de se ter um recorte social, referendado a pacientes com pouca instrução (CAMPOS, et al., 2016). Ainda de acordo com Campos, entre os idosos a incidência de intoxicações por plantas é menor que nos demais grupos etários, mas a atenção é deslocada para as interações medicamentosas que possam surgir, pois é muito comum que os idosos, que já apresentam uma diminuição em seu metabolismo, estejam em algum tratamento de saúde que se estende no decorrer do tempo, e se utilizem de medicamentos de uso prolongado.

Acerca da automedicação, a mesma acarreta responsabilidade sobre as interações medicamentosas, que podem ser benéficas, como a otimização dos resultados terapêuticos perseguidos ou diminuição das reações adversas do tratamento, sendo assertivo quando os fármacos são indicados pelo médico. Infelizmente o mais comum é que as interações sejam maléficas e prejudiquem ao paciente, podendo mesmo agravar seu quadro de saúde. São casos ou de erro de prescrição médica, ou de automedicação (CARVALHO, 2017).

Ainda sobre a automedicação, verificou-se que, em Itumbiara, os adultos, (idade entre 20 a 59 anos) são os que mais a praticam, seguidos pelos idosos (a partir dos 60 anos) e depois pelos mais jovens (0 a 19 anos). Para se decidir na compra do medicamento, a população se “aconselha” junto, primeiramente, aos amigos, família, mídia ou meios de comunicação em geral, e por último, com o balconista da própria farmácia (CARVALHO, 2017).

Entre os motivos que levam as pessoas a se automedicarem, tanto na farmácia convencional quanto na terapêutica popular das plantas medicinais, a demora para se conseguir o atendimento médico está entre os mais citados, além do costume, tradição e baixo custo em obter, no caso das plantas medicinais (CARVALHO, 2017; SILVA, 2020; FIGUEREDO, 2014).

Considerações Finais

A pesquisa mostrou que as interações medicamentosas prejudiciais, especialmente as relacionadas às plantas medicinais, tais como as intoxicações, a anulação do efeito terapêutico, o não tratamento da doença ou de seus sintomas e demais efeitos indesejáveis, podem vir, principalmente, da automedicação e do uso prolongado. Desta forma, é importante que se estude cada vez mais a composição e potencial farmacológico das plantas medicinais usadas na terapêutica popular (FIGUEREDO, 2014).

Como foi dito no início, o uso dos remédios naturais de uma região por seus moradores, transpõe o pertencimento e identidade da comunidade local; isso favorece a perspectiva de que a própria comunidade pode proteger a flora característica de sua região (BEZERRA, 2020). Enfatiza-se que a automedicação e as plantas medicinais possam ser abordadas em sala de aula, a partir dos conceitos da disciplina de Química e afins, bem como aspectos sociais e comportamentais integrados, colaborando para uma formação cidadã, resgatando o conhecimento tradicional e legitimando o que for pertinente à luz da ciência.

Referências

BEZERRA, D. G., Arruda et al. Percepção sobre o uso de plantas medicinais e impactos no Cerrado na região da Cidade de Goiás (GO). **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, 15(5), 391-408, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10417>. Acesso em: 03 jan. 2021.

BRASIL. ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 18, de 03 de abril de 2010. Dispõe sobre as boas práticas de processamento e armazenamento de plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos magistrais e officinais de plantas medicinais e fitoterápicos em farmácias vivas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **DOU Diário Oficial da União nº 65**, de 05 de abril de 2013. Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/legislacao#/visualizar/29022>. Acesso em: 27 mai. 2021.

CAMPOS, S.C. et al. Toxicidade de espécies vegetais. Fundação Ezequiel Dias (FUNED). Belo Horizonte, MG. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Campinas, v.18, n.1, supl. I, p.373-382, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpm/v18n1s1/1516-0572-rbpm-18-1-s1-0373.pdf>. Acesso em 06 jan. 2021.

CARVALHO, A. L. N. M.; SILVEIRA, N. J. **Automedicação em Itumbiara-Go - Análise Química e Qualitativa dos Riscos e Benefícios**. 2017. 51f. TCC - Curso de Licenciatura em Química, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Itumbiara, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ifg.edu.br/handle/prefix/269>. Acesso em: 4 jan. 2021.

FIGUEREDO, C. A. de; GURGEL, I. G. D.; GURGEL JUNIOR, G. D. A Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 381-400, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000200381&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 Jan. 2021.

GUIMARÃES, B. O.; OLIVEIRA, A. P de; MORAIS, I. L. de. Plantas Mediciniais de Uso Popular na Comunidade Quilombola de Piracanjuba - Ana Laura, Piracanjuba, GO. Fronteiras: **Journal of Social, Technological and Environmental Science** 8 (3), 196-220; 2019. Disponível em: https://anhanguera.edu.br/wpcontent/uploads/cap_04_2007.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

PASSOS, M. M. B. dos et al. A disseminação cultural das garrafadas no Brasil: um paralelo entre medicina popular e legislação sanitária. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 248-262, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

11042018000100248&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jan. 2021.

RICHETTI, G. P.; FILHO, J. de P. A. Automedicação no Ensino de Química: uma proposta interdisciplinar para o Ensino. **Edución Química**, v. 25(E1), 203-209, 2014. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S0187-893X\(14\)70559-2](http://dx.doi.org/10.1016/S0187-893X(14)70559-2). Acesso em: 3 jan. 2021.

SILVA, C. S. P. da; PROENÇA, C. E. B.. Flora Medicinal Nativa do Bioma Cerrado Catalogada por Estudos Etnobotânicos no Estado de Goiás, Brasil. **Revista Anhanguera** v.8, n.1, p.67-88, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://anhanguera.edu.br/sapc/revista-anhanguera/volumes/revista-anhanguera-edicao-de2007/>. Acesso em: 06 jan. 2021.

SILVA, W. C. da; SOARES, N. S. Uso e diversidade de plantas medicinais presentes em garrafadas comercializadas no município de Itumbiara - GO. **Revista Agrária Acadêmica**, v.3, n.4, Jul/Ago, 2020. Disponível em: [10.32406/v3n42020/163180/agrariacad](https://doi.org/10.32406/v3n42020/163180/agrariacad). <https://agrariacad.com/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

SILVEIRA, P. F. da; BANDEIRA, M. A. M.; ARRAIS, P. S. D. Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade. **Revista Brasileira de Farmacognosia**. João Pessoa, v. 18, n. 4, p. 618-626, dez. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-695X2008000400021&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 fev. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-695X2008000400021>.